



UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE - CENTRO DE EDUCAÇÃO

ROBERTA RODRIGUES FERREIRA

RUTH VICENTE DE SOUSA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO
SUPERIOR: Uma Análise do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência na
UFPB (2010-2013)**

Orientador: Profª Dra. Sandra Alves da Silva Santiago

JOÃO PESSOA - PB
SETEMBRO/ 2013

ROBERTA RODRIGUES FERREIRA

RUTH VICENTE DE SOUSA

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR:

Uma análise de Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência na UFPB (2010-2013)

Monografia apresentada pelas acadêmicas Roberta Rodrigues Ferreira e Ruth Vicente de Sousa como exigência do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da professora Dr^a. Sandra Santiago.

JOÃO PESSOA - PB

SETEMBRO/ 2013

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE DE PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE COM
DEFICIÊNCIA NA UFPB (2010-2013)**

ROBERTA RODRIGUES FERREIRA
RUTH VICENTE DE SOUSA

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

SANDRA SANTIAGO
ORIENTADORA-UFPB

MARIA TEREZA LIRA
AVALIADORA UFPB

ANDREZA APARECIDA POLIA
AVALIADORA – Coordenadora do Programa de Apoio de Aprendizagem
ao Aluno com Deficiência- UFPB

CONCEITO FINAL: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de nós sem a fé que temos nele.

Aos nossos pais, irmãos e a toda nossa família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que chegássemos até esta etapa de nossa vida.

A orientadora Sandra Santiago pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

E a todas pessoas que direta ou indiretamente nos ajudaram a semear, cultivar e colher os frutos desses anos de curso.

FERREIRA, Roberta Rodrigues e SOUSA, Ruth V. de. **O processo de inclusão de estudantes surdos no ensino superior: Uma análise do programa de apoio ao estudante com deficiência na UFPB (2010-2013)**. João Pessoa: trabalho de conclusão de curso de Pedagogia, 2013.

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo descrever e analisar como vem ocorrendo o processo de inclusão de estudantes surdos no ensino superior, tendo como foco a principal ação implementada que se denomina Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência, oferecida a uma aluna surda na UFPB, campus I. Para tanto, inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica em torno de uma revisão conceitual acerca de temas que subsidiaram a pesquisa, relativos aos marcos legais, AEE, aspectos e especificidades da surdez e inclusão de forma empírica com abordagem qualitativa. Para aquisição de dados da realidade, optou-se por utilizar a entrevista como instrumento de pesquisa. Foram entrevistados dois professores, um intérprete, dois apoiadores e uma aluna surda, à qual o programa dá apoio. Portanto, é notório que o programa traz grandes contribuições para assegurar a inclusão e favorecer a acessibilidade de alunos surdos. Mas, para que esta inclusão seja eficaz e efetivada com sucesso, precisa-se ter propostas mais amplas a nível institucional para que possa atender à demanda de surdos na UFPB e adaptar os serviços oferecidos às necessidades e peculiaridades de cada estudante. Entretanto, não se pode esperar que apenas o Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência e os alunos surdos faça acontecer uma inclusão significativa. É necessário que todos os integrantes desempenhem o seu papel e que outras medidas sejam adotadas neste sentido e que se constituam em ações institucionalizadas.

Palavras-chave: Surdez, Inclusão, Programa de Apoio.

ABSTRACT

This monograph aims to describe and analyze how the process has been occurring for the inclusion of deaf students in higher education, focusing on the main action implemented what is called Program Support to Students with Learning Disabilities, offered a deaf student in UFPB campus I. Therefore, initially, we did a literature search around a conceptual review on themes that supported the research, relating to legal, ESA, and specific aspects of deafness and the inclusion of empirical qualitative approach. To acquire data from reality, it was decided to use the interview as a research tool. We interviewed two teachers, an interpreter, two supporters and a deaf student, to which the program supports. Therefore, it is clear that the program has major contributions to ensure inclusion and promote accessibility for deaf students. But for this inclusion is effective and successfully committed, need to have proposed broader institutional level so that it can meet the demand for deaf UFPB and adapt the services offered to the needs and peculiarities of each student. However, one can not expect that only the Program of Support to Students with Learning Disabilities and Deaf students make meaningful inclusion happen. It is necessary that all members play their part and that other measures are taken in this direction and actions that constitute institutionalized.

Keywords: Deafness, Inclusion Support Program.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DISCUTINDO A INCLUSÃO E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....	10
2.1 Significados	10
2.2 Histórico e marco legal	11
2.3 O AEE para alunos surdos	14
2.4 Alunos surdos no ensino superior.....	16
2.5 Programa de apoio de aprendizagem ao aluno com deficiência.....	17
3 COMPREENDENDO A SURDEZ E OS SUJEITOS SURDOS.....	22
3.1 Graus da perda auditiva.....	22
3.2 Tipos da perda auditiva.....	22
3.3 Causas da surdez.....	23
3.4 Filosofias educacionais para o ensino de surdos.....	24
3.5 As identidades surdas.....	26
3.5.1 Identidade Política.....	26
3.5.2 Identidade Híbrida.....	27
3.5.3 Identidade Flutuante.....	27
3.5.4 Identidade Embaçada.....	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
4.1 Tipo de pesquisa.....	29
4.2 Sujeitos da pesquisa.....	29
4.3 Local da pesquisa.....	30
4.4 Instrumentos de pesquisa.....	30
4.5 Análise dos Dados.....	31
4.5.1 Análise da Entrevista com o Intérprete.....	31
4.5.2 Análise da Entrevista com Apoiadores.....	31
4.5.3 Análise da Entrevista com Aluna Surda.....	32
4.5.4 Análise da Entrevista Feita com Professores.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS PARA APOIADOR	
APÊNDICE B - QUESTÕES NORTEADORAS PARA PROFESSOR	
APÊNDICE C - QUESTÕES NORTEADORA PARA ALUNA SURDA	
APÊNDICE D - QUESTÕES NORTEADORAS PARA INTERPRETE	
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico vem abordar a Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Superior, onde o mesmo traz um debate sobre o direito de todos à educação que vem ocorrendo constantemente em nossa sociedade. Existem muitos documentos internacionais e nacionais que trazem esse debate. Entre eles destacamos a Declaração de Salamanca (1994), a Carta de Guatemala (1999). No Brasil temos a Constituição Federal (1988) e a LDB 9.394 (1996), que apontam na mesma direção. Mas, apesar de todos estes dispositivos legais, pode se perceber do ponto de vista prático, que a inclusão educacional é um grande desafio e que vem sendo superada aos poucos.

A partir da década de 80, os estudos sobre a inclusão se iniciaram, mas só a partir dos anos 90 as pesquisas e os debates sobre a inclusão educacional de grupos historicamente excluídos ganha espaço, pois desde os primórdios da educação brasileira, as pessoas com deficiência, especialmente as vindas de classes populares, não tiveram oportunidade de ter uma educação de qualidade. Esse processo tem sido bastante desafiador no Brasil para todas as pessoas que possuem deficiência, mas para pessoas surdas o caso é ainda mais grave, especialmente em razão de sua diferença linguística.

Algumas leis vêm reafirmar a intenção política em garantir a inclusão social e educacional da pessoa surda. Alguns exemplos nesta direção são a Lei N.º 10.436 de 2002 que reconhece a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, como meio de expressão e comunicação do surdo; a portaria N.º 3284 de 2003 que regulamenta a acessibilidade a educação superior; a Resolução 02/2001 que vem apresentar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Lei nº 10.098 de 2000, referente a acessibilidade. Mas, estes mecanismos não são suficientes para garantir a inclusão.

O processo de escolarização da pessoa surda deve ser acompanhado em qualquer etapa da vida, pois são necessárias adaptações durante o processo de construção de conhecimento do indivíduo. É por este motivo que as instituições educacionais devem buscar estratégias para atender as necessidades destes alunos/as.

Grande parte das dificuldades da pessoa surda no âmbito educacional são as condições estruturais, as metodologias inadequadas, os recursos, a falta de capacitação dos profissionais, entre outros fatores e não a diferença do mesmo e nem as suas necessidades. Portanto, é de total importância que este debate sobre inclusão educacional, que nos rodeia constantemente se torne uma frequente reflexão sobre a inclusão e a permanência desta pessoa no âmbito educacional.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é descrever e analisar como vem ocorrendo o processo de inclusão de estudantes surdos no ensino superior, tendo como foco a principal ação implementada que se denominada Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência, na UFPB campus I.

E tem como objetivo específico discutir a inclusão de estudantes surdos no interior dessa instituição, assegurado pela aprovação no Processo Seletivo Seriado (PSS). Descrever também o Programa de apoio de aprendizagem ao aluno com deficiência e investigar a partir dos integrantes do mesmo (aluna surda, apoiadores, interprete e professores) a sua importância para a inclusão do aluno surdo, na medida em que estabelecemos a inclusão, sobretudo no ensino superior, buscamos compreender como ela se define hoje.

Diante do exposto, estruturamos o nosso trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo traremos a introdução, o segundo capítulo traz as discussões sobre a inclusão e a inclusão de alunos surdos como os significados, histórico e marco legal, o AEE para alunos surdos, alunos surdos no ensino superior e o Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência. O capítulo três traz compreensões sobre a surdez e os sujeitos surdos, dividindo-se em graus da perda auditiva, tipos da perda auditiva, causas da surdez, filosofias educacionais para o ensino de surdos e as identidades surdas. O quarto capítulo traz os procedimentos metodológicos, os tipos de pesquisa, sujeitos, local, o instrumento utilizado na pesquisa e a análise dos dados e o quinto capítulo trás as considerações finais com os resultados obtidos na pesquisa.

Esperamos assim, estar contribuindo para que a inclusão do surdo no ensino superior seja refletida com as contribuições dos próprios sujeitos, os integrantes do projeto que são alunos surdos, apoiadores e professores e a importância do mesmo para a inclusão do surdo no ensino superior.

2 DISCUTINDO A INCLUSÃO E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

2.1 Significados

Faz-se necessário também que entendamos um pouco o que é inclusão e qual seu real significado, especialmente quando o foco é a pessoa surda.

Inclusão é um termo amplo, utilizado em contextos diferentes, em referência a questão sociais variadas. De modo geral, o termo é utilizado ao fazer referência a inserção de pessoas com algum tipo de deficiência as escolas de ensino regular e ao mercado de trabalho, ou ainda a pessoas consideradas excluídas, que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos variados. Sasaki (1997: p.41) afirma que:

A inclusão social como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

Para que ocorra de fato uma inclusão é necessário que todos no âmbito educacional conheçam o significado desse termo e seus fundamentos. Sendo assim o sistema de ensino que adota o princípio da inclusão deve, por sua vez, assegurar que todos que fazem parte do sistema de ensino, como funcionários, educandos, familiares e comunidade local saibam o real significado dos termos que integram essa educação.

A educação inclusiva ainda é predominantemente entendida como a inclusão de crianças e jovens ou adultos com deficiência nas escolas regulares. Contudo, a educação inclusiva não diz respeito somente as pessoas com deficiência, mas a qualquer estudante que encontra barreiras para aprender ou ter acesso ao que a escola oferece – em qualquer momento da escolarização”. (FERREIRA, 2007, p. 21).

É frequente usarem o termo inclusão como sinônimo de integração, mas tratam-se de conceitos diferentes. Inclusão por sua vez é a forma de combater a exclusão, discriminação e segregação. “Inclusão diz respeito à promoção de oportunidades igualitárias de participação” (FERREIRA, 2007, p. 22). E assim, podemos entender que uma escola inclusiva visa assegurar o acolhimento dos estudantes e membros da comunidade e também oferecer uma aprendizagem de qualidade.

Portanto, integrar não quer dizer incluir, apenas refere-se a inserção, ou seja, a matrícula da pessoa com deficiência no âmbito educacional e não assegura nem sua participação em atividades e nem na aprendizagem. “As escolas que integram alunos com deficiência não

mudam para responder as suas diferenças de estilo e ritmo de aprendizagem; é o aluno que deve adaptar as condições da escolarização” (FERREIRA, 2007, p. 22). Ao contrário do que muitos pensam, não há inclusão quando a inserção de um aluno é condicionada a matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não recortados nas modalidades regular e especial, pois essas se destinam a receber alunos aos quais a sociedade impõe uma identidade, uma capacidade de aprender de acordo com suas características pessoais.

2.2 Histórico e Marco legal

Numa tomada histórica, apenas a partir do final do século XIX é que teremos algum registro sobre as ações políticas brasileiras no que diz respeito à educação.

Sendo a educação guiada também por interesses de classes, o Imperial Instituto dos surdos-mudos foi criado em 1857 (hoje Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES), por nobres que se sensibilizarão com a situação. O ingresso neste instituto era feito pelo imperador, portanto era para poucos.

Em 1872, o número de matrículas chegara a 17 surdos, enquanto o Brasil possuía 11.595 surdos. Percebe-se então que as primeiras ações não eram voltadas para surdos pobres e sim para atender as necessidades da classe dominante.

É somente no final da década de 50 que surgem as primeiras ações mais organizadas pelo governo federal chamadas de: Campanhas para Educação do Surdo Brasileiro. Ao longo do tempo e com as ações que ocorriam, o número de escolas foi ampliando e aumentou com elas o número de classes para alunos com deficiência. Vale ressaltar que aqui as crianças com maior poder aquisitivo não participavam, contavam com serviços de apoio especializado.

Por meio dos movimentos que ocorreram na década de 50 e também no início dos anos 60, mais precisamente em 1961 foi promulgado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 4.024/61. Esta lei determinou que “a educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino a fim de integrá-las na sociedade”. Mas, a mesma foi alterada com o decreto nº 5692, de 2006, na mesma direção vem estabelecer normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. “Para tanto, as escolas precisam ser adaptadas sob o ponto de vista arquitetônico, de modo que passam receber os alunos que possuem problemas físicos, motores ou de visão. Mas, estes não são os únicos limites que as escolas brasileiras enfrentam:

falta de recursos pedagógicos e despreparo dos professores e demais profissionais talvez sejam os piores. (SANTIAGO, 2011).

Em 1973 é criado o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), com a finalidade de promover, expandir e melhorar o atendimento aos “excepcionais” (termo utilizado durante a década de 70 para pessoas com deficiência). O CENESP, em 1977, elaborou o Plano Nacional de Educação Especial – PLNESP (1977 a 1979), entre seus objetivos estava garantir aos excepcionais o direito a um atendimento que responda a suas necessidades especiais, condições básicas entre outros.

A ideia de integração continuava se alastrando em direção as ações públicas brasileiras, e ainda em 1977, foi criado pelo grupo de profissionais ouvintes, a FENEIDA, organização que implantou seus ideais de reabilitação dos deficientes auditivos. Por isso, o nome da instituição era Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (pessoa com surdez). Entretanto, a representatividade dos surdos estava comprometida, pois a nova entidade era composta apenas por pessoas ouvintes.

Em 1983, como resposta a esta exclusão, a comunidade surda resolveu criar a Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, um grupo não oficializado, independente, mas, que lutavam para participar das decisões junto a diretoria da FENEIDA. Foi de grande importância essa tentativa. O fato é que os surdos eram vistos como incapaz, mas, aos poucos foram mostrando que podiam e conseguiram conquistar a presidência da FENEIDA. Em 16 de maio de 1987, em Assembleia Geral, a nova diretoria reestruturou o estatuto da instituição, que passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis.¹

A Feneis incentivada pela Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência - CORDE, do Ministério da Justiça, iniciou a realização de convênios para a inserção de surdos no mercado de trabalho. O primeiro deles foi assinado com a DATAPREV, posteriormente, vieram outros que hoje empregam mais de seiscentos surdos.

A partir de 1988, com a nova Constituição Federal Brasileira (CFB), fica estabelecido no art. 208 que é dever do estado garantir “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino”. (SANTIAGO, 2009). É definido no art., 205 “que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos

¹ Disponível em <http://www.feneissp.org.br/historia.php>.

e organização específicos para atender as necessidades; assegura a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas áreas mediante verificação do aprendizado” (art.24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art.37). (BRASIL 2007, s/p.)

Esse processo tem sido bastante desafiador no Brasil para todas pessoas que possuem deficiência, mas para pessoas surdas o caso é ainda mais grave, especialmente em razão de sua diferença linguística.

Algumas leis vem reafirmar a intenção política em garantir a inclusão social e educacional da pessoa surda. Alguns exemplos nesta direção são a Lei Nº 10.436 de 2002 que reconhece a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, como meio de expressão e comunicação do surdo, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de LIBRAS como parte integrada do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (BRASIL 2007). E o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436 / 2002, visando ao acesso a escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/interprete de Libras, o ensino da Língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. (DAMÁZIO, 2007).

Nesta direção, temos a portaria nº 3284 de 2003 que regulamenta a acessibilidade a educação superior, Resolução 02/2001 que vem apresentar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a Lei nº 10.098 de 2000, referente a acessibilidade.

A Declaração de Salamanca (1994) ganha força de implantação no ano de 2000, embora tenha sido publicado em 1994, e esta é uma lei que constitui a essência do ideal democrático e que está alicerçada na lógica da igualdade consensual. Destacamos duas de suas determinações que são de total importância: as escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras; e que a escola deve incluir as crianças com deficiência e/ou superdotada, criança da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

2.3 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para Alunos Surdos

A pessoa surda por sua vez, na sociedade em que vivemos passa por várias barreiras para uma participação efetiva e de qualidade no âmbito escolar, primeiramente começa por suas limitações, falta de recursos e práticas e de políticas públicas que garantam seu acesso e permanência.

A inclusão deve acontecer desde a educação infantil e dar continuidade em toda a jornada acadêmica, e é necessário desde cedo que seja utilizado os recursos que auxiliem na superação de barreiras durante o processo educacional para que a pessoa com surdez possa usufruir de seus direitos escolares e de acordo com os princípios constitucionais do nosso país vindo assim, exercer a sua cidadania.

Para que ocorra uma inclusão bem sucedida é necessário que o âmbito educacional comum busque meios para garantir sua participação e garantindo assim sua aprendizagem na sala de aula regular como também no AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Conforme Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. A autora por sua vez observa que a simples adoção da língua de sinais pelo professor não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. O aluno com surdez precisa mais do que a utilização da língua de sinais, o mesmo precisa de ambientes que o desafie, que o estimule, que explore sua capacidade em todos os sentidos.

O desenvolvimento da capacidade representativa e linguística é essencial, mas para isso a escola deve adotar dois horários distintos, um para o AEE, outro para sala de aula, onde contemple a duas línguas.

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola esta assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. Além disso, também será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis as crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetivos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de como, onde e de que forma as crianças utilizam as línguas na escola. (DAMÁZIO, 2005, s/p).

Uma das principais formas de atendimento as pessoas com deficiência é o AEE (Atendimento Educacional Especializado). O Atendimento Educacional Especializado foi criado para dar um suporte aos alunos com deficiência para facilitar o acesso ao currículo.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das em salas de aula do ensino comum. (BRASIL, 2009). Deve acontecer preferencialmente na mesma escola em que a criança está matriculada e em horário oposto, mas é possível que ocorra numa escola próxima.

Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais, que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com especialização para atender as necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (DAMÁZIO, 2007).

O AEE contribui sumamente para a inclusão desses alunos nas escolas regulares, apesar das dificuldades encontradas os avanços acontecem gradativamente. Não adianta admitir o acesso de todos a escola, sem que seja garantido o prosseguimento da escolaridades, ate o nível que cada aluno for capaz de atingir.

A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que o âmbito educacional procure sempre trazer benefícios nas participações dos educandos e também que favoreçam a aprendizagem dos mesmos tanto na sala de aula regular como no AEE.

De acordo com a cartilha de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Comuns de Mirlene Damázio (2007), o trabalho pedagógico com os alunos surdos deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais, que é a língua natural dos surdos, e a Língua Portuguesa, sua segunda língua. E é indicado um período adicional de horas diárias de estudo para a execução do AEE. É destacado três momentos didático-pedagógicos no AEE:

- Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez. (Damázio, 2007).
- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalhado é realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da

Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. (Damázio, 2007).

- Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa. (Damázio, 2007).

O AEE deve ser planejado e elaborado em conjunto com os professor de classe comum, o professor de Língua Portuguesa e o intérprete de libras. Este planejamento coletivo deve começar pela definição do currículo, o qual os professores devem por sua vez pesquisarem e estudarem sobre o assunto a ser ministrado, e logo após os professores devem elaborar um plano de ensino.

Os alunos com surdez devem ser observados por todos os profissionais que direta ou indiretamente trabalham com eles. E sempre focalizar a observação nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (oral, escrita, visoespacial), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, habilidades e talentos. Para que assim sejam registrados o desenvolvimento dos alunos e o desempenho individual de cada um.

2.4 Alunos Surdos no Ensino Superior

Este tema é causa de muitas reflexões e debates. Em qualquer que seja o nível de ensino, a educação inclusiva vem trazendo mudanças para adaptação, acessibilidade e garantia da permanência, mas para que isso ocorra é necessário mudanças legais, textuais, simbólicas (curriculares, avaliativas, etc.) de representações sobre os sujeitos a serem incluídos e das identidades de todos os envolvidos no processo.

O processo de escolarização da pessoa surda deve ser acompanhada em qualquer etapa da vida, pois é necessário adaptações durante o processo de construção de conhecimento do indivíduo. É por este motivo que as instituições educacionais devem buscar estratégias para atender as necessidades desses alunos/as.

Grande parte das dificuldades da pessoa surda no âmbito educacional são as condições estruturais, as metodologias inadequadas, os recursos, a falta de capacitação dos professores, entre outros fatores e não a diferença do mesmo e nem as suas necessidades.

A partir daí podemos perceber a dificuldade do educador em relação a sua formação docente, pois muitas vezes ele não é preparado, capacitado, para receber a todos, e isso dificulta a inclusão.

A exclusão de alguns e a inclusão de outros sempre foi uma marca da instituição escolar moderna, mas somente nos últimos anos isto deixa de ser naturalizado, passando a ser problematizado.

A sociedade e suas modernizações acabam rotulando os sujeitos sem lhe dar uma opção de escolha, e por isso um dos objetivos da pesquisa foi exatamente analisar, entender o contexto educacional, as IESS particularmente a UFPB e a inclusão dos surdos. Pois os alunos muitas vezes entram pela porta da frente (hoje via ENEM, antes vestibular e outros processos), mas, para garantia da permanência dos mesmos na Instituição de ensino, pois na lei é tudo muito excelente mas na prática não é concretizado.

2.5 Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência

Inicialmente, o Projeto Mediação Pedagógica para alunos Surdos no Ensino Superior, foi criado pela Professora Dr^a Sandra A. S. Santiago, no período de 2010.2 e tinha como objetivo ser um instrumento de grande importância no processo de consolidação de uma política inclusiva e de acessibilidade para surdos no interior da UFPB. O mesmo foi criado como uma espécie de AEE para estudantes surdos, respondendo o que prevê a portaria 3.284/2003 sobre a acessibilidade no ensino superior e a Lei 10.098 sobre a acessibilidade, além de respeitar o que determina a atual LDB 9394 (1996) para os alunos com deficiência.

Para isso, era necessário mais que uma inclusão, a permanência e acessibilidade da pessoa com deficiência devem ser garantidos neste processo educacional.

Quando estes alunos ingressam na universidade é necessário um auxílio para a permanência do mesmo, este projeto foi direcionado para este grupo. O objetivo geral do projeto era promover ações que favoreçam a inclusão dos alunos surdos na UFPB, articulando pesquisa, docência e extensão universitária. Desenvolver pesquisas em nível de graduação e pós-graduação voltadas para a inclusão social e educacional da pessoa surda.

Tinha a função de oferecer apoio pedagógico aos alunos surdos matriculados na UFPB, gravando e transcrevendo suas aulas na íntegra, além de subsidiar os professores para o

atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos surdos da UFPB. Os integrantes do projeto eram: professores, alunos surdos e monitores.

Os monitores eram selecionados através de uma prova e mantidos no projeto através do sistema de bolsas. Na primeira seleção para atuarem na mediação pedagógica junto ao aluno surdo foram selecionados doze monitores, dois para cada disciplina durante o primeiro semestre, com uma carga horária semanal de 20h e com reuniões quinzenais para estudo e orientação da equipe de trabalho. O projeto teve continuidade, apesar dos muitos desafios encontrados nos períodos seguintes. Em 2011.2 foram oferecidas apenas cinco bolsas para atuação dos monitores na mediação pedagógica junto aos alunos surdos, o que em certa medida sobrecarrega os bolsistas.

Foi através de lutas constantes que a coordenadora do projeto pôde obter recursos didáticos, pois a UFPB não disponibilizava os mesmos, tais como: gravadores, pilhas, papéis ofício e tinta para impressão das transcrições; muitas vezes a coordenação tirava de seus recursos pessoais para obtenção desses materiais.

As metas estabelecidas no início do projeto foram o aumento em até 20% de pesquisa sobre a surdez, sobre a LIBRAS e temas correlatos na graduação de pedagogia, além de atender 100% dos/as alunos/as surdos/as matriculadas nos cursos de graduação presencial da UFPB, através da mediação pedagógica. Todavia, houve um período de transição que ocorreu no período 2012.1. O projeto teve continuidade, mas ocorreram algumas mudanças. A partir deste momento, o projeto ficou sendo administrado pela PRAPE – Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante, assumindo a feição de Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência, se estendendo a outras deficiências, tais como a física motora e a visual. Coordenado pela professora Andreza Aparecida Polia, o programa tem por finalidade facilitar o processo de inclusão pedagógica deste segmento estudantil.

Uma das ações do Programa é a aquisição de equipamentos (computadores, gravadores, entre outros), e materiais de apoio necessário às atividades acadêmicas desenvolvidas pelos estudantes com deficiência.

O antigo “monitor”, hoje, aluno apoiador tem como função a de acompanhar e auxiliar o aluno com deficiência nas atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora de sala de aula, de acordo com as necessidades inerentes a cada um, dedicando-se 20h semanais para o projeto.

E é função do aluno apoiador realizar o acompanhamento nas aulas e demais atividades acadêmicas diretamente ligadas ao curso, tendo em vista o acesso, participação e aprendizagem

do aluno apoiado. O mesmo deverá ao final do semestre letivo apresentar relatório de atividades realizadas, segundo modelo da PRAPE.²

O aluno apoiador é responsável direto pela locomoção do aluno apoiado no campus, acesso aos ambientes, facilitação na participação em atividades, solicitação de materiais, recursos e suporte técnico e tecnológico junto aos setores da UFPB, compatíveis com as necessidades do aluno apoiado e o aluno apoiador atuará em todas as disciplinas e nas demais atividades acadêmicas nas quais o aluno com deficiência físico-motora estiver desenvolvendo.³

O aluno apoiador é responsável em acompanhar a pessoa com deficiência físico-motora nas aulas e demais atividades acadêmicas diretamente ligadas ao curso, tendo em vista o acesso, participação e aprendizagem do aluno apoiado. Também é responsável pela locomoção do aluno apoiado no campus, acesso aos ambientes, facilitação na participação em atividades, solicitação de materiais, recursos e suporte técnico e tecnológico junto aos setores da UFPB, compatíveis com as necessidades do aluno apoiado e o aluno apoiador atuará em todas as disciplinas e nas demais atividades acadêmicas nas quais o aluno com deficiência físico-motora estiver desenvolvendo.

O apoiador deve acompanhar o aluno com deficiência visual nas aulas e demais atividades escolares, atuando como mediador das relações entre o aluno, o professor e demais alunos da turma, promovendo sua comunicação, participação e interação, tendo em vista o acesso, participação e aprendizagem do aluno apoiado. É função do aluno apoiador também ajudar na locomoção do mesmo no campus, no acesso aos ambientes e facilitação na participação em atividades acadêmicas. Compete ao aluno apoiador também solicitar dos professores todo material disponibilizado em tinta para transposição em tecnologias assistivas, a exemplo dos sistemas de processamento de voz, transcrição em Braille, gravação de áudio, etc., cujas providências devem ser encaminhadas aos órgãos responsáveis: PRAPE, NEDESP, etc.

Já com o aluno deficiência auditiva, o apoiador deverá acompanhá-lo em suas aulas, gravando e transcrevendo na íntegra, tendo também disponibilidade de horário extra para acompanhamento pedagógico realizado sob a supervisão de uma professora especialista na área com a periodicidade que a mesma decidir. Além disso, o programa busca cumprir o que determina a Lei 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 2005, que reconhece a

² Disponível em Edital do Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência.

³ Disponível em Edital do Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência.

Libras como a primeira língua das pessoas surdas e assegura a presença de intérprete de libras nas atividades escolares.

Na verdade, a UFPB hoje dispõe de 01 intérprete para atender a 03 estudantes surdos de cursos diferentes: pedagogia, física e ciências da computação.

Está situação não é favorável ao surdos, nem ao intérprete, que se vê sobrecarregado. Além disso, toda a carga horária do intérprete acaba se destinando à sala de aula, mas, o papel do mesmo deveria se estender a outros eventos educacionais promovidos pela instituição, onde a pessoa surda tem direito a acessibilidade na comunicação.

Os apoiadores por sua vez, participam de supervisões mensais com a coordenadora do programa e também deverão ter disponibilidade para reuniões com os professores das disciplinas que cada apoiador acompanha. A PRAPE concede uma bolsa para cada apoiador, pago apenas mediante comprovação de frequência e avaliação feita pelo aluno apoiado.

Quadro 1: QUANTIDADE DE ALUNOS ATENDIDOS POR CURSO NO CAMPUS I	
CURSOS	QUANTIDADE DE ALUNOS APOIADOS
Administração	1
Biotecnologia	1
Ciências da computação	1
Comunicação Social- Habilitação Radialismo	2
Direito	1
Educação Física	1
Física	1
Fisioterapia	1
História	1
Letras Espanhol	1
Letras português	1
Pedagogia	2
Psicologia	2
Psicopedagogia	1

Serviço Social	1
----------------	---

Fonte: autoras do trabalho

3. COMPREENDENDO A SURDEZ E OS SUJEITOS SURDOS

Inicialmente, é preciso ressaltar que a surdez é compreendida na atualidade como a perda total ou parcial da audição, com comprometimentos diferenciados no processo comunicacional (SANTIAGO, 2009)

Portanto, cabe ressaltar que não se deve se reportar à pessoa surda, como “deficiente” ou surdo-mudo. Os surdos não são mudos, pois podem comunicar-se, “falando”, uma língua diferente: a língua de sinais, que não usa a voz e a audição como veículo de comunicação, mas, o corpo, as mãos e as expressões faciais para comunicar-se.

3.1 Graus da Perda Auditiva

O grau da surdez pode variar de leve a profundo. Entretanto, a surdez leve pode ir se agravando com o tempo e devido a alguns fatores virará surdez profunda.

A surdez de grau leve, de 26 a 40 db significa que a pessoa fica incapacitada de ouvir sons suaves e dificuldades de perceber discursos com clareza se estiver presente ruídos de fundo. Essa perda também impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas de palavras.

A surdez de grau moderado varia de 41 a 70db. Neste caso, existe a dificuldade em compreender a fala, onde aparelhos ou prótese auditiva pode se tornar necessária. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessário uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. Essa pessoa tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos

O grau severo varia de 71 a 90db, alguns sons altos são audíveis, mas a comunicação sem o aparelho é impossível. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte.

E o grau profundo que indica que a perda auditiva é superior a 90db, ou seja, alguns sons extremamente altos são audíveis. E a comunicação principal é através da língua de sinais ou uso de técnicas de leitura labial. A construção da linguagem oral no indivíduo com surdez profunda é uma tarefa longa e bastante complexa (COLL et all, 2004).

3.2 Tipos de Perda Auditiva

De acordo com Gesser (2009), outro elemento importante para conhecer as necessidades de uma pessoa surda é o tipo de surdez que a acomete e a sua classificação, determinada em função do local onde se localiza a lesão. Destacamos três tipos diferentes: a surdez condutiva, a neurosensorial ou de percepção e a surdez mista.

A condutiva ocorre no ouvido externo e/ou médio, o que dificulta a transmissão das ondas sonoras até o ouvido externo. O distúrbio do ouvido externo costuma ocorrer da otite, de malformação ou ausência do pavilhão auditivo. Já o distúrbio do ouvido médio costuma ocorrer

por traumatismo que provoca a perfuração do tímpano ou alteração na cadeia dos ossículos. A malformação genética também pode produzir esse tipo de surdez. Normalmente eles não são graves e há a possibilidade de tratamento médico ou cirurgia. Suas consequências não são graves para a aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral (COLL et al, 2004).

Já o tipo neurosensorial ou de percepção afeta a cóclea e/ou nervo auditivo, ou seja, a lesão situa-se no ouvido interno, podendo ser genético, produzido por intoxicação, infecção ou por alterações vasculares. Este tipo de surdez costuma ser permanente. Há algum tempo se desenvolveu uma nova técnica, o implante coclear que trata-se de uma opção cirúrgica recomendada para as deficiências auditivas de grau severo e profundo.

As perdas auditivas mistas, englobam alterações condutivas ou neurosensoriais, ou seja, alterações no ouvido interno, médio e externo. Sua origem pode ser uma das causas próprias da surdez neurosensorial ou uma confluência de causas próprias de cada tipo de surdez (COLL et al, 2004).

3.3 Causas da Surdez

A surdez pode ser congênita ou adquirida. As principais causas da surdez congênita são: hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. E é adquirida quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e viroses, por exemplo. (COLL et al, 2004).

As causas pré-natais são aquelas que ocorrem no período de gestação. Alguns exemplos são drogas, alcoolismo materno, remédios ototóxicos, pressão alta, diabetes, relativas à consanguinidade, desordens genéticas ou hereditárias, doenças infectocontagiosas, como a rubéola e entre muitos outros.

Existem também as causas perinatais, ou seja, aquelas que ocorrem durante o parto. Um exemplo é a infecção hospitalar que pode levar a criança ficar surda.

E por fim as causas pós-natais são problemas que surgem após seu nascimento da criança possibilitando a surdez, alguns exemplos são as doenças como sarampo, caxumba, exposição contínua a ruídos ou sons muito altos, meningite entre outras causas.

3.4 Filosofias Educacionais para o Ensino de Surdos

A educação é um dos aspectos mais relevantes na vida de qualquer indivíduo. Ao se tratar das pessoas surdas, essa preocupação aumenta, uma vez que as dificuldades estão presentes no seu dia a dia. A educação dos surdos é marcada pelas peculiaridades das diferentes abordagens de modelos educacionais.

Para garantir a inclusão do aluno surdo, não só na sala de aula, mas na sociedade em geral, faz-se necessário compreendermos os processos educacionais que perpassam a educação de surdos. As filosofias educacionais no ensino de surdos constituem-se de três abordagens educativas: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

O Oralismo é o método que considera a voz, a oralidade como o único meio de comunicação e de educação para os surdos. A imposição aos alunos surdos a necessidade de se aprender a “falar” torna a língua oral a única forma de comunicação dos surdos. É a partir daí que foram excluídos todas as possibilidades de uso da língua de sinais na educação dessas pessoas. Limita-se ao exigir do surdo que ele se oralize, que isso se torne o seu objetivo máximo, estando a cima da sua educação e das relações pessoais.

Essa filosofia visa a integração do surdo na comunidade de ouvintes tendo em vista que, “o Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva”. (GOLDFELD, 2002, p. 30 e 31). É uma prática que valoriza a “normalização” dos sujeitos surdos para que se tornem ouvintes.

Com o tempo foi se percebendo um certo fracasso com o uso da técnica exclusiva do oralismo, o que proporcionou o surgimento de novas propostas pedagógicas educativas como a Comunicação Total.

O objetivo da Comunicação Total é proporcionar à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação plena com seus familiares, amigos e professores, ou seja, toda a comunidade surda. Podendo utilizar todos os meios de comunicação, ou recursos linguísticos, tanto sinais retirados da língua de sinais, quanto sinais gramaticais modificados presentes na língua falada, linguagem oral, códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas. Ela privilegia tanto a comunicação como a interação.

Os profissionais que defendem essa área passaram a aliar a língua oral a elementos da língua de sinais, ocorrendo várias tentativas de aproximação dessas duas línguas.

A comunicação total propiciou, efetivamente, o contato com a língua de sinais, o que antes era proibido pelo oralismo, e esse contato oportunizou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais.

Segundo Goldfeld (2002, p. 38) esta filosofia também se preocupa com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos,

emocionais e sociais não devem ser deixados de lado em prol do aprendizado exclusivo da língua oral. Por este motivo, essa filosofia defende a utilização de recursos espaço-viso-manuais como facilitadores da comunicação. Ela valoriza a comunicação e não só a língua.

A partir daí a língua de sinais vem sendo reconhecida como um caminho necessário à efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento educacional de alunos surdos. Percebe-se a necessidade de valorizar esta língua e sua cultura e não misturá-la com a língua oral. E surge o modelo de educação bilíngue, que contrapõe-se ao modelo oralista, porque considera o canal viso-gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda.

O bilinguismo tem como pressuposto, que o surdo deve adquirir como língua materna, a língua de sinais e secundariamente, como a sua segunda língua, a língua oficial do seu país. A proposta do bilinguismo defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, os quais, mesmo sem ouvir, podem desenvolver plenamente uma língua viso-gestual. Assim, se a criança surda for exposta o mais cedo possível à língua de sinais, elas aprendem a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar.

Ao sinalizar, a criança desenvolve sua capacidade e sua competência linguística, numa língua que lhe servirá depois para aprender a língua falada, do grupo majoritário, como segunda língua, tornando-se bilíngue.

Essa filosofia possibilita também que na relação entre o adulto surdo e a criança surda, ela possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes, não precisando almejar uma vida igual à do ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.

Os estudos se preocupam em entender os Surdos, suas particularidades, sua língua (a língua de sinais), sua cultura e a sua forma singular de pensar, agir etc. e não apenas os aspectos biológicos ligados a surdez. (GOLDFELD, 2002, p.43)

O bilinguismo vem abranger frentes não abordadas pelos demais modelos, ou seja, a língua natural, a língua de sinais. Por ser um sistema aberto, leva em consideração aspectos culturais da comunidade surda, ou seja, o reconhecimento de uma parcela linguística minoritária, esmerada em obter o reconhecimento e, acima de tudo, o direito de ser diferente.

3.5 As Identidades Surdas

Devemos entender que a identidade surda não é estável, está em contínua mudança. Os surdos não podem ser um grupo de identidade homogênea. Há que se respeitar as diferentes identidades.

Nessas identidades, no que as constituem diferentes, entram os diferentes aspectos históricos e sociais, a transitoriedade dos discursos representados e representantes de sujeitos. Existem diferentes possibilidades de identificação das identidades. (PERLIN, 1998, p. 19)

Identidade surda como sendo reprimida dentro da cultura ouvinte; ela está sempre em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual e precisa ser procurada nas diferenças.

A constituição da identidade dependerá, entre outras coisas de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive. Um surdo que vive junto a ouvintes que consideram a surdez uma deficiência que deve ser tratada pode constituir uma identidade referendada nesta ótica. Mas um surdo que vive dentro de sua comunidade possui outras narrativas para contar a sua diferença e constituir sua identidade.

Segundo Perlin (1998), as identidades surdas se apresentam da seguinte forma: Identidade política, híbrida, flutuante e embaçada.

3.5.1 Identidade Política

Trata-se de uma identidade fortemente marcada pela política surda, em que os surdos carregam consigo a língua de sinais. Aceitam-se como surdos, sabem que são surdos e assumem um comportamento de pessoas surdas. Sentem a necessidade de intérpretes, de educação diferenciada, de língua de sinais, etc.

São mais presentes em surdos que pertencem à comunidade surda e apresentam algumas características culturais marcantes como: Usam sinais sempre, pois é sua forma de expressão. Eles têm um costume bastante presente que os diferencia dos ouvintes e que caracteriza a diferença surda. Tem suas comunidades, associações, e/ou órgãos representativos e compartilham entre si suas dificuldades, aspirações, utopias. (PERLIN, 1998).

3.5.2 Identidade Híbrida

Elas se fazem presentes entre os surdos naqueles de surdos pós-locutivos, que nasceram ouvintes e que com o tempo se tornaram surdos. É uma espécie de uso de identidades diferentes em diferentes momentos, ou seja, conhecem a estrutura do português falado e usam-no como língua. Eles captam do exterior a comunicação, passam ela para a língua que adquiriram por primeiro e depois para os sinais

Dependendo da idade em que a surdez chegou, conhecem a estrutura do português falado e o envio ou a captação da mensagem vez ou outra é na forma da língua oral.

(PERLIN, 1998).

3.5.3 Identidade Flutuante

É formadas por sujeitos surdos que reconhecem ou não sua subjetividade, mas que desprezam a cultura surda, não se comprometendo e não participando da comunidade surda, associações e lutas políticas. São as vítimas da ideologia oralista, da inclusão, da educação clínica e do preconceito.

Estão em dependência no mundo dos ouvintes, seguem os seus princípios, respeitam e coloca-os acima dos princípios da comunidade surda. Não conseguiram identificar-se como surdos, sentem-se sempre inferiores aos ouvintes e isto pode causar muitas vezes depressão, fuga, suicídio, competição com ouvintes, vivendo na angustia do desejo continuo de ser ouvinte.

3.5.4 Identidade Embaçada

São outro tipo que podemos encontrar diante da representação estereotipada da surdez ou desconhecimento da surdez como questão cultural.

São os surdos que não conseguem captar a representação da identidade ouvinte. Nem consegue compreender a fala. O surdo não tem condições de usar língua de sinais que não lhe foi ensinada e nem teve contato com a mesma. Os ouvintes que vão determinar seus comportamentos, vida e aprendizados. Existem casos de aprisionamento de surdos na família, seja pelo estereotipo ou pelo preconceito, fazendo com que alguns surdos se tornem incapacitados de chegar ao saber ou de decidirem-se por si mesmos.

Diante de tantas características que marcam o sujeito surdo é interessante reconhecer que o modelo de atendimento que é oferecido aos alunos surdos pode variar em razão de suas necessidades. Portanto, é possível que mesmo no Ensino Superior, os atendimentos ou serviços

de apoio destinado à comunidade surda acadêmica precisem se ajustar, em razão da identidade surda e tipo/grau de perda auditiva, afetando o modo de comunicação e necessidades de cada aluno.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

4.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa objetiva analisar como vem ocorrendo o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, tendo como foco principal a ação implementada nesta instituição denominada Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência. Para tanto, inicialmente usamos o tipo de pesquisa bibliográfica em torno de uma revisão conceitual acerca de temas que subsidiaram a pesquisa, relativos aos marcos legais, AEE, aspectos e especificidades da surdez e inclusão.

Também caracteriza-se por ser uma pesquisa empírica, com abordagem qualitativa. A valorização desse tipo de pesquisa é pela possibilidade que oferece de maior concretude as argumentações, por mais tênue que possa ser a base factual. O significado dos dados empírico depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p.37).

4.2 Sujeitos da Pesquisa

O sujeitos da pesquisa são os envolvidos no projeto, portanto, participaram da pesquisa uma aluna surda, estudante do curso de pedagogia que o programa presta serviço, uma intérprete, duas apoiadoras e dois professores. Para as duas alunas apoiadoras usamos a identificação: A1 e A2. Para os professores usamos P1 e P2.

A escolha da aluna se justifica por ser uma estudante da área da educação, que cursa atualmente o 6º período de pedagogia e estar vinculada ao projeto desde a sua origem, em 2010, podendo emitir opiniões sobre momentos distintos do desenvolvimento do programa. Além disso, nos pareceu pertinente discutir questões e práticas mais voltadas para nossa área de formação: a pedagogia. O intérprete entrevistado é o único da UFPB, aprovado no último concurso público no ano de 2012 que acompanha a aluna surda em todas as disciplinas cursadas por ela e em outros ambientes da Universidade. As duas monitoras foram escolhidas pelo seguinte critério: uma participante do projeto no momento anterior e uma participante atual, após reformulação. Os professores foram escolhidos a critério da própria aluna. Solicitamos a ela que indicasse um professor facilitador da inclusão e um professor que dificultou o processo.

4.3 Local da Pesquisa

A presente pesquisa será realizada na UFPB, Campus I, no Centro de Educação, mais especificamente no curso de Pedagogia.

4.4 Instrumentos de Pesquisa

Passamos a desenvolver instrumentos específicos para coleta de dados juntos ao integrantes do Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência, que estão diretamente envolvidos no processo de inclusão da aluna surda do curso de pedagogia.

O emprego de entrevista semi-estruturada é a metodologia utilizada na pesquisa para coleta de dados, contendo duas questões norteadoras. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pois segundo Minayo (2004), combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Justifica-se também por ter uma técnica dinâmica e flexível, tornando-se um instrumento útil para apreensão de uma realidade em que possa descrever processos na qual o sujeito vivencia ou vivenciou. Portanto, segundo González Rey⁴ (1999 apud MADUREIRA, 2000, p. 7), consiste em “uma ferramenta interativa que adquire sentido dentro de um espaço dialógico, em que o estabelecimento do vínculo entre o pesquisador e os sujeitos investigados cumpre uma função essencial na qualidade dos indicadores empíricos produzidos.”

Com ela, temos o objetivo de potencializar um roteiro mais flexível, em que o entrevistado é convidado a ter um papel ativo na construção da interpretação das informações e o pesquisador assume um papel menos diretivo, possibilitando um diálogo mais aberto, favorecendo a emergência de novos aspectos significativos (SOUZA, et all, 2008).

As entrevistas foram previamente agendadas conforme a disponibilidade dos entrevistados. O método utilizado para registro das entrevistas foi a gravação de voz, previamente autorizado pelos mesmo. Posteriormente a realização das entrevistas passamos a transcrição na íntegra. Em seguida, a análise para garantir a fidelidade do material coletado.

4.5 Análise dos Dados

4.5.1 Análise da Entrevista com o Intérprete de Libras

⁴ GONZÁLEZ REY, F. La investigación cualitativa en Psicología: rumbos y desafíos. São Paulo: Educ, 1999.

Foram feitas duas perguntas. Uma sobre as dificuldades no exercício da função e outra avaliando o Programa de apoio aos estudantes com deficiência. Foi encontrado na fala do entrevistado com a relação à primeira questão, a “sobrecarga na sua função”. Além disso, o entrevistado cita “a falta de outro profissional que possa revezar comigo” e ainda coloca que: “aqui na UFPB por ser só eu como intérprete, não tem outro e eu estou sobrecarregado de trabalho. Eu passo, às vezes, 4h, 5h até 8h com intervalos de 1 hora entre estas 8 horas, interpretando sem parar...”. (SIC)

Com relação a segunda pergunta, como ele avalia o Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB, o entrevistado diz que a ideia dos apoiadores é importante, mas ele ressalta que “tem que saber que esse público tem perfis diferentes, necessidades diferentes”, referindo-se aos surdos linguísticos e pré-linguísticos. Ainda na fala do intérprete ele afirma que “o intérprete é fundamental. É fundamental para os surdos que usam língua de sinais (...). Já para os oralizados que não sabem Libras, não vai adiantar um intérprete”. Ele deixou claro que considera o programa uma ação fundamental para a inclusão do surdos, mas ressalta que “só tem que ter cuidado nisso (...) adequar ao público”. (SIC)

Durante a entrevista é perguntado novamente os pontos negativos do projeto e ele voltou a dizer “eu acho negativo é isso, padronizar esse apoio e o fato de que ainda o programa não funciona como deve, se tem vários surdos na casa, mas só tem um intérprete...é um programa que existe, mas não tem quadro profissional suficiente para funcionar; está funcionando de forma inadequada...”. (SIC)

4.5.2 Análise da Entrevista com Apoiadores

Para esses sujeitos foram feitas duas perguntas, a primeira referente a questão de conhecimento sobre surdez, inclusão, metodologias específicas para se trabalhar com alunos surdos e a segunda sobre como eles avaliam o Programa de apoio aos estudantes com deficiência.

Com relação a primeira questão ambos os apoiadores alegaram que possuem conhecimentos acerca do questionamento feito, entretanto, o apoiador dois trás uma reflexão acerca do que é inclusão, onde o mesmo diz

“...inclusão é algo a se pensar, por que muitas pessoas confundem inclusão com a integração e são diferentes, a integração por exemplo é colocar um sujeito em determinado lugar mais não chega a propiciar uma inclusão para ele fazendo com que ele tenha direito, tenha acesso ele estará apenas integrado, então inclusão o que seria na minha concepção é ele está dentro de um determinado lugar, aqui por exemplo dentro da UFPB e se fazer presente

e na comunicação todos possam está interagindo com ele, e que ele esteja incluído participando de tudo, com seus direitos e tudo mais”. (A2)

Com relação a segunda pergunta de como eles avaliam o Programa de Apoio aos Estudantes Surdos da UFPB, eles citaram alguns pontos positivos e negativos.

A1 relata que o programa

“é importante porque está contribuindo para interação com os outros alunos e fazendo ela recuperar está perda que ela está tendo, assim a gente tem o trabalho de transcrever a aula e recuperar o material e assim contribuir para essa interação”. (SIC)

Um dos pontos negativos apontados pelo A1 “era a falta de materiais necessários para esta fazendo as transcrições, a gente sofreu um bocado com a questão da impressão para entregar”. Ele coloca também que,

“na época não tinha algumas reuniões com os professores para a gente passar para eles, então eu sentia uma dificuldade ... então, eu achava melhor que tivesse algo que chegasse e o professor já sabendo que teria um aluno surdo na sala e um material para o professor entender melhor o nosso trabalho na sala, o porquê da gente está ali, e também de metodologias e melhoras para os alunos surdos”. (SIC)

O A2, por sua vez, trás como ponto negativo a questão de “alguns professores não ter tanta sensibilidade do caso, não aceita, muitas vezes crítica, trata como se não tivesse vendo a presença de um aluno com deficiência”. (SIC)

4.5.3 Análise da Entrevista com a Aluna Surda

A entrevista foi composta de duas perguntas para a aluna surda, a primeira foi sobre quais outras ações seriam válidas para efetivar a sua inclusão e a segunda foi sobre a maiores dificuldades encontradas durante seu processo de inclusão. Com relação à questão 1, a entrevistada respondeu que as ações necessárias seriam,

“as metodologia utilizada pelos professores com recurso visual”, “lembrar aos professores que ter intérprete na sala não significa que o ensino ou transmissão dos saberes sejam delegados ao intérprete, ou seja, cada um deve exercer sua função”. (SIC)

A aluna também expressou:

“eu deveria ter mais tempo para a entrega das atividades solicitadas, tendo em vista que recebo as transcrições com as informações depois de 48hrs da aula”, “conscientização dos professores de que o surdo processa as informações mais lentas” e “conscientização das colegas da turma de que minha necessidade diferenciada não concorre para que os professores me deem boas notas, como tampouco as atividades não são feitas pelas

apoiadoras, e sim as notas são resultado de muitas madrugadas de estudo”. (SIC)

A segunda pergunta foi sobre quais as maiores dificuldades encontradas durante o processo da inclusão da mesmo, obtivemos como resposta:

“acesso a informação, dificuldade ou falta de comunicação com a comunidade acadêmica, ter que provar sempre que o surdo não é deficiente mental ou incapaz, principalmente para as colegas das turmas, ter que explicar mil vezes que o Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB, não é privilégio e sim cumprimento dos processos jurídicos implantados pelos alunos surdos para fazer valer seus direitos, falta de intérprete nos Congressos, Seminários e Palestras, faz com que não participe dos mesmos, o que ocasiona uma perda enorme na construção do Lattes”.

A aluna ainda ressaltou o fato de se sentir sozinha. De fato, no curso de Pedagogia, ela é a única surda. Embora, existam outros surdos na UFPB, campus I, são de cursos diferentes e de centros de ensino diferentes. Portanto, a aluna não têm com eles nenhum contato.

4.5.4 Análise da Entrevista Feita com Professores

Durante a entrevista com os professores foram feitas duas perguntas a 2 professores: a primeira foi referente aos conhecimentos na área de surdez, inclusão e metodologias para se trabalhar com surdos e a segunda diz respeito as modificações na sua metodologia ao receber a aluna surda em sala de aula.

Com relação à questão 1, o P1 entrevistado disse que possui conhecimento, mas “não como um profissional da área, mas como uma pedagoga; paguei disciplinas de educação especial, não aprofundei os conhecimentos, tive disciplinas e também alunos surdos”. (SIC-P1)

O P2 colocou que teve algumas experiências com surdos, e por sua vez disse que:

“eu tive dois alunos surdo-mudo, daí a experiência foi interessante com esses alunos, eu tive um que tinha descendência japonesa, então ele era bem destrinchado e a experiência foi bem interessante, inclusive ele apresentou trabalho também, tinha a interprete mas, teve um momento que ele decidiu apresentar o trabalho, e ele foi bem desinibido, foi lá e apresentou”. (SIC-P2)

Com relação a segunda pergunta foi questionado quais os tipos de mudanças que foram feitas na sua metodologia. No geral, os professores demonstraram algumas mudanças. O P1 um disse “trabalhei mais a sensibilização do grupo”, e diz que também tentou ajudar falando devagar, “falei bem explicadinho, como não domino a LIBRAS, foi fácil por que já falo assim” (SIC-P1). Já o P2 diz que,

“foi muito interessante, eu recebi algumas dicas... foi pedido algumas considerações, era para falar, assim procurar gesticular bem a voz, então

procurei fazer isso né, articular na minha metodologia, não fica de costas para esse aluno, falar sempre bem articulado, até porque mesmo com os sinais eles tinham a possibilidade de ler...e também foi pedido sempre que possível colocar esquemas, gráficos, isso também me ajudou bastante... na questão metodológica da disciplina”.

Percebemos que embora os professores dizem ter conhecimento gerais sobre a surdez e as necessidades da pessoa surda, um deles demonstrou desconhecimento ao se referir ao aluno surdo como surdo-mudo, por exemplo; desconhecendo que a libras é uma língua e, portanto, nenhum surdo que use está como forma de comunicação possa ser chamado de surdo-mudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o processo de inclusão de uma estudante surda requer mais que um olhar voltado pra sua deficiência, requer uma sensibilidade para investigar aspectos inerentes a esses sujeitos.

De modo geral, os resultados demonstram que desde a criação do Projeto de Mediação Pedagógica para Alunos Surdos até a criação desse novo modelo, Programa de Apoio de

Aprendizagem ao Aluno com Deficiência vem sendo a única ação oferecida pela UFPB capaz de oferecer ao surdo instrumentos necessários para sua efetiva inclusão. Mas, para que os objetivos do Programa sejam realmente alcançados é necessário que os envolvidos nesse processo tenham clareza acerca de elementos e conceitos básicos que caracterizam os surdos e coloque-as em prática, seja na sala de aula, seja em toda instituição.

O projeto é de total importância e cada participante tem um papel fundamental: professor, aluno, apoiador e o próprio aluno surdo. Cada integrante desempenha uma função que permite traçar um caminho para que não ocorra apenas uma integração, mas, uma inclusão no âmbito educacional, de fato, como é de direito. Os professores por vezes não possuem informações elementares que poderiam contribuir no processo de inclusão de surdos, além disso e que os conhecimentos mínimos que possuem advém das orientações que recebem dos apoiadores, via programa, o que deixa evidente uma falha na formação desses educadores. Na fala dos professores aparecem as orientações veiculadas pelas apoiadoras, a partir de orientações formuladas pela coordenação do referido projeto.

Apesar dos avanços ainda há uma necessidade de conscientização com os professores e alunos acerca do que é ter uma aluna surda em sala de aula; esclarecimentos referentes ao próprio programa e o papel de cada envolvido nesse processo. Observamos a necessidade de maiores esclarecimentos, eliminando assim os preconceitos que ainda existem em torno da pessoa surda como um indivíduo capaz, de pensar, agir e falar.

Os apoiadores consideram o programa de grande importância para a aluna no que diz respeito a construções de relações sociais. O que dificulta o trabalho, segundo eles, ainda é a falta de sensibilização por parte dos professores, sobretudo de não reconhecer a presença do aluno surdo em sala, deixando-o muitas vezes a parte do processo de aprendizagem.

Outro aspecto que merece considerações diz respeito ao trabalho do intérprete que é único para atender toda a demanda da instituição, e que por vezes, sobrecarregado pode prejudicar o seu trabalho de interpretação, interferindo por conseguinte, na aprendizagem dos alunos.

De todo modo, evidenciamos que o programa faz a contribuição dando o suporte necessário a alunos surdos. No entanto para se efetivar a inclusão, fica claro que precisa ter propostas mais amplas a nível institucional para que possa atender a demanda de surdos na UFPB e adaptar os serviços oferecidos às necessidades e peculiaridades de cada estudante. Sendo assim, não se pode esperar que o Programa de Apoio de Aprendizagem ao Aluno com Deficiência por si só construa junto aos alunos surdos essa tão almejada inclusão. É necessário que outras medidas sejam adotadas neste sentido e que se constituam em ações

institucionalizadas: O concurso para contratação de novos intérpretes, a efetiva manutenção e compra de materiais para uso dos apoiadores e a criação de um espaço para acompanhamento, atendimento e supervisão dos alunos apoiadores são, a nosso ver, algumas medidas. Neste sentido, acreditamos que a UFPB necessita, então, de uma política clara de inclusão e acessibilidade que assegure a permanência e a aprendizagem dos alunos surdos no ensino superior.

REFERÊNCIA

BRASIL. Atendimento educacional especializado – Pessoa com Surdez. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Carta de Guatemala, 1990.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/Guatemala.txt>. Acesso em: 9 de julho de 2013.

_____. **Constituição Federal.** Brasília. Senado, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linhas de ação sobre Necessidades Educacionais especiais.** Brasília, Ministério da Justiça: CORDE, 1994.

_____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n.9394. Brasília, senado, 1996.

COLL, Cesar, Palacios, J. e Marchesi, A. (org) **Desenvolvimento Psicológico e Educação.** Vol. 3. 2ª ed. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especial, pessoa com surdez: Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado.** SEEP/SEED/MEC – Brasília / DF – 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação Escolar Inclusiva das Pessoas com Surdez na Escola Comum: Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos.** In: II Seminário Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2005, Brasília. Anais... Brasília: MEC, SEESP, 2005. p.108 - 121.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

Disponível: <<http://www.feneissp.org.br/historia.php>> acesso em: 04 de set. de 2013.

DORZIAT, Ana. **Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos-ouvintes.** Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº 9, p. 24 -29, janeiro junho, 1998.

FERREIRA, Windys Brazão. **De docente para docente : práticas de ensino e diversidade para a educação básica** / Windys Brazão Ferreira, Regina Coeli Braga Martins. São Paulo: Summus, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? : Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** 5ª edição. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Metodologia qualitativa.** 1 Texto organizado em junho de 2000 com fins didáticos. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_qualitativa.pdf . Acesso em: 25 jul. 2013, 21:15.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PERLIN, Gladis. **Histórias de vida surda: identidades em questão.** Tese. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1998. Disponível em

<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/historias_de_vida_surda_identicidades_em_questao.pdf>. Acesso em: 19. Junho. 2013.

SANTIAGO, Sandra A. da S. **Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE/PPGE, 2003.

SANTIAGO, Sandra. A. da S. **Exclusão e deficiência, primeiras aproximações teóricas**. In: Roberto Jarry Richardson. (Org.). Exclusão, inclusão e diversidade. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2009.

SANTIAGO, Sandra A. da S. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa. Editora Universitária, 2011.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Alessandra da & DAMÁZIO, Mirlene F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: SEESP\SEED\MEC, 2007.

SOUZA, Tatiene Yokoy de. Et all. **Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais**. Fractal, Revista de Psicologia. Rio de Janeiro, Julho/Dezembro, vol. 20, n. 02, p. 357-376, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922008000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 15/07/2013

Apêndices

APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORA PARA APOIADOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Santiago

Pesquisadores: Roberta Rodrigues
Ruth Vicente de Sousa

QUESTÕES NORTEADORAS PARA APOIADOR

Esta pesquisa monográfica, que tem como título O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA UFPB, e está sendo desenvolvida pelas alunas graduandas do Curso de Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Santiago, do DHP/CE/UFPB/, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, a partir da principal ação implementada denominada Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB.

- 1- Você tem conhecimento sobre surdez, inclusão, metodologias específicas para se trabalhar com alunos surdos?

- 2- Como você avalia o programa de apoio a estudante surdos na UFPB, do qual você faz parte? (Pontos positivos e negativos)

APÊNDICE B – QUESTOES NORTEADORA PARA PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Santiago
Pesquisadores: Roberta Rodrigues
Ruth Vicente de Sousa

QUESTÕES NORTEADORAS PARA PROFESSORES

Esta pesquisa monográfica, que tem como título O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA UFPB, e está sendo desenvolvida pelas alunas graduandas do Curso de Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Santiago, do DHP/CE/UFPB/, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, a partir da principal ação implementada denominada Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB.

- 1- Você tem conhecimento sobre surdez, inclusão, metodologias específicas para se trabalhar com alunos surdos?
- 2- Ao receber a aluna surda em sua sala de aula quais as modificações que foram feitas na sua metodologia?

APENDICE C – QUESTÕES NORTEADORAS PARA ALUNA SURDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Santiago

Pesquisadores: Roberta Rodrigues
Ruth Vicente de Sousa

QUESTÕES NORTEADORAS PARA ALUNA SURDA

Esta pesquisa monográfica, que tem como título O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA UFPB, e está sendo desenvolvida pelas alunas graduandas do Curso de Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Santiago, do DHP/CE/UFPB/, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, a partir da principal ação implementada denominada Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB.

- 1- Que outras ações seriam validas para efetivar sua inclusão?
- 2- Quais as maiores dificuldades encontradas durante seu processo de inclusão?

APÊNDICE D – QUESTÕES NORTEDORAS PARA INTERPRETE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Santiago

Pesquisadores: Roberta Rodrigues
Ruth Vicente de Sousa

QUESTÕES NORTEADORAS PARA INTERPRETE

Esta pesquisa monográfica, que tem como título O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA UFPB, e está sendo desenvolvida pelas alunas graduandas do Curso de Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Santiago, do DHP/CE/UFPB/, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, a partir da principal ação implementada denominada Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB.

- 1- Quais as maiores dificuldades encontradas durante o seu trabalho?
- 2- Como você avalia o programa de apoio a estudante surdos na UFPB, do qual você faz parte? (Pontos positivos e negativos)

APÊNDICE E – TERMO CONSENTIMENTO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado

(a)

Senhor

(a) _____

Esta pesquisa monográfica, que tem como título **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA UFPB**, e está sendo desenvolvida pelas alunas graduandas do Curso de Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Sandra Santiago, do DHP/CE/UFPB/, tendo como foco analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na UFPB, a partir da principal ação implementada denominada Programa de Apoio a Estudantes Surdos na UFPB.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para analisar os dados apresentados e apresentar os resultados desta pesquisa no trabalho de conclusão de curso. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador.

Os pesquisadores abaixo relacionados estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Cordialmente

Profa. Dra. Sandra Santiago

João Pessoa, ____/____/____

Assinatura do Participante da Pesquisa